

PROMETEUS

FILOSOFIA EM REVISTA

VIVA VOX- DFL – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Ano 2 - no.4 Julho-Dezembro/ 2009 ISSN 1807-3042

HANNA ARENDT VERSUS MARX: UMA DEFESA DE MARX FRENTE À CRÍTICA ARENDTIANA

Júlia Sebba Ramalho
Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação
da Universidade Federal de Goiás.

Resumo: O presente trabalho trata das críticas de Hanna Arendt a Karl Marx especificamente na obra de Arendt *A condição humana*. No capítulo III desta obra Arendt versa sobre a atividade do trabalho que, segundo ela, emergiu na Era Moderna como o principal foco das preocupações humanas. Para a autora a expressão teórica mais elaborada da emergência do *animal laborans* é a obra de Marx. Desse modo, toda a discussão do capítulo III de *A condição humana* gira em torno das críticas de Arendt a Marx. No presente artigo trataremos de elucidar os aspectos centrais desta crítica e de mostrar os equívocos de Arendt em sua leitura da obra marxiana.

Palavras – chave: trabalho, *animal laborans*, natureza.

Abstract: This paper deals with the criticism of Hannah Arendt to Karl Marx, specifically in the Arendt's work *The human condition*. In chapter III of this work, Arendt turns to the labor activity, which, according to her, emerged in the Modern Age as the main focus of human concerns. For her the most elaborate theoretical expression of the raise of *laborans animal* is in the works of Karl Marx. Thus, the whole discussion of Chapter III of *The human condition* deals with the criticism of Arendt to Marx. In this paper we will elucidate the key aspects of this criticism, showing the misunderstandings of Arendt in her reading of the Marxian's work.

Keywords: Labor, *animal laborans*, nature.

1. O trabalho e o ‘metabolismo do homem com a natureza’:

O primeiro aspecto da crítica de Arendt a Karl Marx em *A condição humana*, bem com o aspecto central dessa crítica, é aquele em que se afirma que Marx equaciona

seu conceito de trabalho com o sentido biológico e natural de trabalho que Arendt dá a esse termo¹. Arendt nos diz:

Ao definir o trabalho como o ‘metabolismo do homem com a natureza’, em cujo processo ‘o material da natureza é adaptado, por uma mudança de forma às necessidades do homem’, de sorte que ‘o trabalho se incorpora ao sujeito’, Marx deixou claro que estava ‘falando fisiologicamente’, e que o trabalho e o consumo são apenas dois estágios do eterno ciclo da vida biológica.²

Arendt afirma que Marx concebia o trabalho como uma relação do homem com a natureza, na qual o homem exercia apenas seu metabolismo orgânico com o mundo natural. Segundo ela, o trabalho, para Marx, é uma condição natural que permanece presa ao ciclo infundável da natureza e ao processo de produção de bens de consumo perecíveis. Arendt tenta justificar seu argumento reivindicando a noção marxiana de “força de trabalho” que, segundo ela, é o conceito mais claro de Marx que explicita sua noção do trabalho como atividade meramente natural, estritamente biológica:

Contudo, um fato ainda mais importante nesse particular, já pressentido pelos economistas clássicos e claramente descoberto por Karl Marx, é que a própria atividade do trabalho, independentemente de circunstâncias históricas e de sua localização na esfera privada ou na esfera pública, possui realmente uma ‘produtividade’ própria, por mais fúteis ou pouco duráveis que sejam os seus produtos. Essa produtividade não reside em qualquer um dos produtos do trabalho, mas na ‘força’ humana, cuja intensidade não se esgota depois que ela produz os meios de sua subsistência e sobrevivência, mas é capaz de produzir um ‘excedente’, isto é, mais que o necessário à sua reprodução [...] Ao contrário da produtividade da fabricação, que acrescenta novos objetos ao artifício humano, a produtividade do trabalho só ocasionalmente produz objetos; sua preocupação fundamental são os meios da própria reprodução; e, como a sua força não se extingue quando a própria reprodução já está assegurada, pode

¹ No presente trabalho utilizaremos a tradução de Roberto Raposo de “A condição humana”. No entanto, esta versão da obra possui alguns notáveis erros de tradução, principalmente no que tange à tradução dos termos em inglês “labor” e “work”. A edição de Roberto Raposo traduz estes termos respectivamente como “labor” e “trabalho”. Estes termos em português, entretanto, não conseguem abranger o sentido que Hanna Arendt procura lhes significar com os termos originais. O segundo termo em português, “trabalho” não dá a conotação de uma atividade que acrescenta algo de permanente no mundo das coisas, tal como Arendt sugere com o termo “work”. Assim, optamos por traduzir os termos em inglês respectivamente por “trabalho” e “fabricação”. O primeiro, que sem dúvida é o que mais nos interessa, significa fundamentalmente para Arendt uma atividade que possui conotação de dor, labuta, de obrigação e fardo e que, além disso, é uma atividade que se encontra inserida nos ciclos da natureza. A crítica da tradução de Roberto Raposo é freqüente na literatura arendtiana de língua portuguesa. Ver CALVET, T. A atividade do trabalho em Hanna Arendt.

² ARENDT, H. *A Condição Humana*. 10ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 110.

ser utilizada para a reprodução de mais de um processo vital, mas nunca ‘produz’ outra coisa senão ‘vida’ (Arendt, 2001, p. 99).

Arendt afirma que o conceito de Marx da força humana de trabalho é o ápice da conceitualização da atividade do *animal laborans* na Era Moderna. Segundo ela, a força de trabalho em Marx é a caracterização da força do *animal laborans*, uma vez que tal força insere-se no ciclo repetitivo da natureza e que produz apenas bens de consumo perecíveis. O conceito de Arendt acerca da atividade do trabalho, como uma atividade que se imiscui com a natureza e exige apenas a força física para a manutenção do organismo vital do homem, é atribuído por ela à Marx quando ela afirma que Marx fala da força de trabalho e do processo de trabalho em termos estritamente fisiológicos. Vejamos até que ponto esta afirmação de Arendt é pertinente.

Para Marx o processo de trabalho não é um processo no qual o homem se mistura com a natureza e com os seus processos cíclicos. Isto só é concebível se se pressupõe, como Arendt, que natureza e mundo humano se contrapõem. Somente com esta pressuposição dualista podemos conceber que aquele que trabalha diretamente a natureza está desvinculado da realidade humana, não transcende o mundo natural a fim de se humanizar e se confunde desse modo com os organismos vivos dos processos naturais, tal como Arendt afirma em sua caracterização do *animal laborans*.

Em Marx não há esta dicotomia que existe na filosofia de Hanna Arendt entre mundo humano e natureza. Mas isso não significa que a natureza e a realidade social dos homens coincidam. Pelo contrário, para Marx o mundo natural é parte integrante da realidade humana, está inscrito nela, mas é incorporado e superado (*aufhebung*) por esta realidade. Assim, há em Marx uma relação recíproca dialética entre a natureza e a realidade humana, na qual a realidade social incorpora a natureza ao negá-la. O processo de trabalho não é, portanto, em Marx um processo estritamente natural, mas um processo social que pressupõe a natureza como sua condição indispensável. Os aspectos naturais envolvidos no processo de trabalho, desse modo, atendem às necessidades e intenções humanas e não subsistem como processos cíclicos alheios à realidade humana, como ocorre para Arendt. O homem, ao trabalhar, modifica a natureza e transforma-a para si, de modo a constituir uma realidade social totalizante que engloba a natureza como sua condição indispensável, mas modificada. Vejamos as citações.

O Marx de *O Capital* diz:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, *regula* e *controla* seu intercâmbio material com a natureza [...] Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, o homem ao mesmo tempo *modifica sua própria natureza*. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e *submete ao seu domínio o jogo das forças naturais*. Não se trata aqui de formas instintivas, naturais de trabalho.³

O jovem Marx:

A construção prática de um mundo objetivo, a manipulação da natureza inorgânica, é a confirmação do homem como ser genérico consciente, isto é, ser que considera a espécie seu próprio ser ou se tem a si como ser genérico. Sem dúvida, o animal também produz. Faz um ninho, uma habitação, como as abelhas, os castores, as formigas, etc. Mas só produz o que é estritamente necessário para si ou para as suas crias; produz apenas numa só direção, ao passo que o homem produz universalmente; o animal produz unicamente sob a dominação da necessidade física imediata, enquanto o homem produz quando se encontra livre da necessidade física e só produz verdadeiramente na liberdade de tal necessidade; o animal apenas produz a si, ao passo que o homem reproduz toda a natureza; o produto do animal pertence imediatamente ao seu corpo, enquanto o homem é livre perante o seu produto. O animal constrói apenas segundo o padrão e a necessidade da espécie a que pertence, ao passo que o homem sabe como produzir de acordo com o padrão de cada espécie e sabe como aplicar o padrão apropriado ao objeto; deste modo o homem constrói também em conformidade com as leis da beleza. Tal produção é a sua vida genérica ativa. *Através dela a natureza surge como a sua obra e a sua realidade.*⁴

A natureza para Marx, ou os ciclos dos processos naturais, como diz Arendt, não permanece, para o ser humano, tal como é. Ela é incorporada pelo homem, uma vez que este, ao produzir, “regula, controla” e “submete ao seu domínio o jogo das forças naturais”. O homem que trabalha não permanece, como Arendt afirma a respeito de Marx, preso aos processos naturais, ao contrário, “reproduz toda a natureza”, ou seja, cria um mundo novo não-natural, antes inexistente. O próprio homem, além disso, não é um *animal laborans* ao trabalhar, muito diferente, ele, “atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a”, “modifica sua própria natureza”, uma vez que o homem só

³ Marx, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Volume I. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 202 – grifos nossos.

⁴ Marx, K. *Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos*. Lisboa: Edições 70, 1975. p. 165 – grifos nossos.

produz quando “se encontra livre da necessidade física” e ainda “só produz verdadeiramente na liberdade de tal necessidade”. O processo de trabalho para Marx, longe de se misturar com os processos naturais e longe de enquadrar o homem como mais uma das espécies vivas, como afirma Arendt a respeito do *animal laborans*, é um processo eminentemente humano, “não se trata aqui de formas instintivas, naturais de trabalho”.

Entretanto, não se pode descartar a natureza, pois ela é pressuposto necessário do processo de trabalho. A natureza é considerada por Marx como condição indispensável da atividade de trabalhar. Ela fornece primitivamente os materiais necessários para a atividade produtiva. Assim, “todas as coisas que o homem apenas separa de sua conexão imediata com seu meio natural constituem objetos de trabalho fornecidos pela natureza” (Marx, 1980, p. 203). No entanto, apenas primitivamente a natureza serve ao homem passivamente, e o que ocorre, segundo Marx, é a transformação operada pelo homem do material fornecido pela natureza, o que constitui a matéria-prima. A natureza, desse modo, serve de condição ao processo de trabalho, mas ela é modificada, ou seja, não existe uma coincidência, como Arendt o afirma, entre o processo natural e a operação do trabalho humano. Pelo contrário, esta última subsume os processos naturais para si. Além do material a que se aplica o trabalho, é necessário para o processo de trabalho o instrumental com o qual se opera o processo. Do mesmo modo, este instrumental pode ser recolhido pelo homem na natureza, como por exemplo, a pedra que o selvagem utiliza para lançar em um animal para comer, no entanto, este instrumental é trabalhado pelo homem e, desse modo, não é fornecido passivamente pela natureza.

Para sustentar seu argumento de que Marx estava “falando fisiologicamente”, ou seja, que Marx concebia o processo de trabalho como um processo biológico, inserido no quadro da natureza, Hanna Arendt afirma ainda que a força de trabalho humana, tal como Marx a conceitua, é uma força meramente natural e, assim, está inscrita na circularidade da sustentação do processo vital da natureza e “não produz outra coisa senão vida”. Vejamos antes de tudo o que Marx entende por força de trabalho: “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos *o conjunto das faculdades físicas e mentais*, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as

quais ele põe em ação toda a vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie” (Marx, 1980, p. 187 – grifos nossos).

Desse modo, (1) a força de trabalho não é uma força meramente natural, mas inclui todas as potencialidades humanas gastas no processo de trabalho, inclusive as espirituais e (2) a força humana de trabalho não somente produz ‘vida’, mas produz objetos de variadas espécies, desde alimentos até objetos elaborados como construções arquitetônicas ou obras de arte, pois qualquer objeto desses é fruto do esforço da capacidade humana de trabalho.

O mais importante que temos a notar referente a este tema é que não há em Marx uma separação entre a minha força física de trabalho e a minha força mental. Mesmo quando produzo, como Hanna Arendt diz, somente “vida”, ou seja, alimentos, tenho que usar minhas potencialidades mentais, pois sou um ser humano uno e não dividido, como o sugere Arendt, em *animal laborans* e *homo faber*. Ao trabalhar a terra, por exemplo, e desgastar sua força física de trabalho, o homem utiliza e desgasta também suas operações mentais, ele prevê, observa, supõe, calcula o terreno, etc. Da mesma maneira, o homem, ao gastar sua capacidade e suas potencialidades espirituais de trabalho, por exemplo, pintando um quadro, não só imagina, concebe, lembra etc., mas também precisa de destreza nas mãos, força nos punhos, equilíbrio no corpo para ficar em pé, etc. A força humana de trabalho para Marx é “o conjunto das faculdades físicas e mentais”. Desse modo, ela não está destinada a “ser utilizada para a reprodução de mais de um processo vital” e a reproduzir apenas “vida”. Muito pelo contrário, para Marx o desgaste da força humana de trabalho é um desgaste que pressupõe algo mais que a mera naturalidade do homem, pressupõe toda a elaboração complexa da humanidade do homem, pressupõe a divisão do trabalho, o nível do desenvolvimento das forças produtivas, a configuração das relações sociais de produção vigentes e que o trabalhador possa controlar as ocorrências dos processos naturais, uma vez que sua força de trabalho está inscrita no desenvolvimento histórico do trabalho humano.

Assim, facilmente se percebe que a utilização da força de trabalho na efetivação do processo de trabalho para Marx (1) não está imbuída na circularidade cega dos processos naturais, pois possui claramente uma finalidade consciente; (2) tampouco produz apenas objetos necessários para a reprodução da vida humana e (3) não desgasta apenas os órgãos vitais, mas também qualidades genuinamente humanas como a

atenção, a intenção e a consciência. Como podemos confirmar por meio de um célebre texto de Marx:

Pressupomos o trabalho sob forma especificamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. *Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante de seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade.* E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho (Marx, 1980, p. 202 – grifos nossos).

Longe de descrever a atividade do trabalho como um processo natural, Marx a qualifica explicitamente como um processo no qual características eminentemente humanas são exigidas.

2. A definição do homem como *animal laborans*

Além de afirmar que Marx concebe o processo de trabalho como um processo natural, e que o homem, ao desgastar sua força de trabalho insere-se apenas como um organismo vivo nos ciclos repetitivos da natureza, Arendt afirma categoricamente que Marx concebe o ser humano como *animal laborans*, segundo o sentido que ela dá a esta expressão.

O próprio motivo da promoção do trabalho na era moderna foi a sua produtividade; e a noção aparentemente blasfema de Marx de que o trabalho (e não Deus) criou o homem, ou de que o trabalho (e não a razão) distingue o homem dos outros animais, era apenas a formulação mais radical e coerente de algo com que toda a era moderna concordava [...] ‘A criação do homem através do trabalho’ foi uma das mais persistentes idéias de Marx desde sua juventude. Fica claro no contexto que Marx apenas pretendia substituir a tradicional definição do homem como *animal rationale* chamando-o de *animal laborans* (Arendt, 2001, p. 97) .

E ainda:

Toda a teoria de Marx gira em torno do velho conhecimento de que o trabalhador, antes de mais nada, reproduz sua própria vida ao produzir os meios de subsistência. Em seus primeiros escritos, Marx achava que ‘os homens começam a distinguir-se dos animais quando começam a produzir seus meios de subsistência’. É este o próprio conteúdo da definição do homem como *animal laborans* (Arendt, 2001, p. 111).

Por trás desta crítica de Arendt está sua noção de que o trabalho não humaniza o homem, mas apenas o iguala aos demais animais. Para Arendt, o trabalho é uma condição natural de qualquer espécie e produz apenas meios necessários para manter a espécie viva. O homem, como *animal laborans*, que produz apenas meios para subsistir, segundo Arendt, não se insere no mundo, ou seja, longe está de pertencer à realidade humana permeada de coisas e artificios dotados de significados. Ele é mais um entre os animais domésticos. Para ser humano, segundo Arendt, não basta trabalhar, pois esta atividade é instintiva e natural, mas, é preciso dotar os homens das outras atividades que integram o conjunto de suas condições humanas, como a fabricação e a ação. O homem deve não somente produzir os seus meios de subsistência, mas também fabricar o mundo e agir politicamente. É com base nesta caracterização do homem que Arendt critica a noção de homem como *animal laborans* que ela atribui a Marx. Mas, como vimos, para Marx o trabalho não tem a mesma conotação que tem para Arendt, e, desse modo, o que ele entende pela diferença específica do homem em termos aristotélicos, não equivale ao conteúdo da definição de *animal laborans* arendtiana. Vejamos em que consiste para Marx esta diferença específica do homem e quais são os equívocos de Arendt ao identificá-la com sua definição de *animal laborans*⁵. Vamos à afirmação de Marx:

Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, por tudo o que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a produzir os seus meios de vida, passo este que é condicionado pela sua organização física. Ao

⁵ Antes de tudo é necessário salientar que Marx não define aqui a natureza do homem, ou sua essência, tal como o faz a tradição da filosofia. Mas ele procura caracterizar um aspecto da humanidade que a distingue dos animais e que a constitui de tal maneira que pode ser observado em sua especificidade nas mais diversas épocas históricas. Assim, a despeito de Marx conceituar a diferença específica do humano, sua preocupação fundamental é, antes de tudo, analisar o desdobramento desta especificidade ao longo da história, no desenvolvimento dos diversos modos de produção. O homem distingue-se dos animais pelo trabalho, mas este trabalho modifica-se e se desenvolve de determinada maneira em cada modo de produção específico.

produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material.⁶

Hanna Arendt cita esta passagem de “A Ideologia Alemã” apenas até esta parte. Até aqui podemos extrair, diferentemente do que ela faz, que os homens *começam* a distinguir-se dos animais pelo trabalho, mas não que eles *apenas* distinguem-se por esta atividade. Marx não exclui de modo algum outros tipos de atividades especificamente humanas, como a consciência (o pensar) e a religião, por exemplo. Para ele, o primeiro passo de distinção dos homens é a reprodução e a produção material da própria vida. E isso Marx atribui à frágil condição física dos indivíduos, ou seja, se estes fossem dotados de força ou agilidade ou outras características fisiológicas como são os demais animais, os homens não precisariam praticar a agricultura, a pecuária, o cultivo do solo etc., bastaria que eles caçassem, colhessem, etc. Mas, para a sua própria sobrevivência, ao contrário de todos os outros animais, os homens devem produzir os seus meios de vida. Isto sem sombra de dúvida os distingue. No entanto, esta distinção não pode ser vista apenas sob o ponto de vista da sobrevivência da espécie, pois os homens, seres sociais, ao produzirem seus meios de vida para subsistirem, produzem, outrossim, uma realidade social, uma estrutura econômico-social e política dotada de significado humano. Vejamos a continuação da citação pela qual Arendt passa indiferente:

O modo como os homens produzem os seus meios de vida depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de vida encontrados e a reproduzir. *Este modo da produção não deve ser considerado no seu mero aspecto da existência física dos indivíduos.* Trata-se já, isso sim, de uma forma determinada da atividade destes indivíduos, de uma forma determinada de exprimirem a sua vida, de um determinado modo de vida dos mesmos. Como exprimem a sua vida, assim os indivíduos são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, com o que produzem e também com o *como* produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção (Marx, 2002, p. 15) .

O que distingue os homens dos animais para Marx, portanto, não é tão somente a produção dos meios de vida para a subsistência, tal como Arendt afirma, mas o trabalho em geral na medida em que produz a realidade humana, na medida em que,

⁶ MARX. K. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Centauro, 2002, p. 15.

ao trabalharem, os homens adquirem um determinado modo de vida social e organizam toda a estrutura de suas vidas. Arendt afirma que “os homens começam a distinguir-se dos animais assim que começam a produzir os seus meios de vida”, mas desconsidera que esta produção e reprodução da vida seja acompanhada pela produção de toda a estrutura social. A estrutura social para Marx compreende tanto as relações econômicas, quanto as relações políticas, jurídicas, as formas da consciência, da ideologia, etc. No entanto, para Marx, as relações políticas, a linguagem, a consciência e as demais são frutos da atividade produtiva dos homens que trabalham. Vejamos melhor:

A produção das idéias, representações, da consciência está a princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui ainda como efluxo direto do seu comportamento material. O mesmo se aplica à produção espiritual como ela se aplica na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores das suas representações, idéias, etc., mas os homens reais, os homens que realizam, tais como se encontram condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e do intercâmbio que a estas corresponde até às suas formações mais avançadas (Marx, 2002, p. 22).

Marx, como podemos notar, não exclui de modo algum as características especificamente humanas do quadro de sua caracterização geral do humano, pelo contrário, ele afirma muito claramente que “os homens *começam* a distinguir-se dos animais ao produzirem seus meios de vida” e isto significa que eles diferenciam-se *também* em outros atributos, tais como a consciência, a política, a religião, a linguagem.

Será que este *ser social*, tal como Marx o concebe, produtor dos seus meios de vida, mas também, concomitantemente, de toda a realidade material, social e espiritual, é o mesmo que o *animal laborans* que insere-se apenas no ciclo repetitivo e infundável da natureza e é excluído do mundo humano?

3. A indistinção entre trabalho e obra

A última crítica de Arendt a Marx de que iremos tratar no presente trabalho é a acusação de Arendt de que Marx não opera a distinção no interior de sua obra entre

trabalho e fabricação e que, desse modo, Marx faz uma confusão e descreve o trabalho em termos muitos mais adequados ao *homo faber*.

A era moderna em geral e Karl Marx em particular, fascinados, por assim dizer, pela produtividade real e sem precedentes da humanidade ocidental, tendiam quase irresistivelmente a encarar todo o trabalho como fabricação e a falar do *animal laborans* em termos muito mais adequados ao *homo faber*, como a esperar que restasse apenas um passo para eliminar totalmente o trabalho e a necessidade (Arendt, 2001, p. 98).

Arendt atribui a causa desta indistinção operada por Marx ao espanto com a “produtividade real e sem precedentes” que ocorre na era moderna. Segundo ela, a ascendência do *animal laborans* para a esfera do comum conferiu atributos à atividade do trabalho que pertencem fundamentalmente à atividade do *homo faber*, como por exemplo, o uso de técnicas e instrumentos e a divisão do trabalho. Assim, a emergência da sociedade, que configura a fusão do espaço privado (destinado à atividades privadas) e do espaço público (destinado à atividades públicas), constitui uma realidade tal que a atividade de trabalhar e a atividade de fabricar passam a se misturar consideravelmente. É justamente esta configuração do espaço humano de convivência que acarreta uma exacerbação da produtividade da atividade do trabalho:

A promoção do trabalho à estatura de coisa pública, longe de eliminar seu caráter de processo [...] liberou, ao contrário, esse processo de sua recorrência circular e monótona e transformou-o em rápida evolução, cujos resultados, em poucos séculos, alteraram inteiramente o mundo humano. (Arendt, 2001, p. 56)

Arendt chama esta evolução de “crescimento artificial, por assim dizer, do natural” (Arendt, 2001, p. 57). E é este artificial crescimento do natural que “é visto geralmente como o aumento constante acelerado da produtividade do trabalho” (Arendt, 2001, p. 57). Ora, esta produtividade que “fascina Marx e toda a era moderna” é caracterizada por Arendt como a incorporação, pelo *animal laborans*, de atributos do *homo faber*, e é por isso, segundo ela, que os teóricos modernos confundem tanto estas duas atividades.

Nada é mais importante para Marx, entretanto, do que precisamente a configuração da realidade do trabalho na sociedade capitalista, a qual Arendt se refere ao falar de “sociedade”. Assim, longe de estar confuso quanto à caracterização da

produtividade alcançada pelo modo de produção capitalista, por confundir trabalho e fabricação, tal como Arendt o acusa, Marx desenvolve um complexo quadro conceitual para analisar não somente as engrenagens da produção do capital, mas também, análises relativas à motivação histórica desta realidade produtiva. Mostraremos em linhas gerais o que Marx entende por trabalho na sociedade capitalista a fim de mostrar que, para ele, longe de ter ocorrido uma incorporação por parte do *animal laborans* dos atributos do *homo faber*, o que ocorreu foi um desenvolvimento complexo da organização dos processos de trabalho no interior da oposição trabalho – capital acompanhado de um desenvolvimento agudo das forças produtivas na história, que ocasionou o “trabalho abstrato em geral” nos moldes da sociedade capitalista. Vejamos.

Marx entende o trabalho em geral, mas mais especificamente da maneira como é configurado na sociedade capitalista, como criação de valor. Todo trabalho humano é dispêndio de força humana de trabalho e, nesse sentido, acrescenta algo ao material sobre o qual opera, criando então valor antes inexistente. “Um valor-de-uso ou um bem só possui, portanto, valor, porque nele está corporificado, materializado, trabalho humano abstrato” (Marx, 1980, p. 45). O produto do trabalho, para Marx, mais especificamente a mercadoria, possui um duplo aspecto: é tanto valor-de-uso, quanto valor-de-troca. Isso significa que o produto final do trabalho, a mercadoria, serve tanto para ser utilizada, quanto para ser trocada. Na sociedade capitalista, como em nenhuma outra sociedade anterior a ela, o que ocorre massivamente é a produção de mercadorias. Assim, os produtos do trabalho são fundamentalmente destinados a serem trocados, vendidos.

Do mesmo modo que a mercadoria possui esse duplo aspecto, o trabalho, criador de valor, também o possui. O trabalho pode ser considerado tanto simplesmente como trabalho útil, quanto como trabalho em geral, trabalho abstrato. O primeiro é aquele que diz respeito à produção de um objeto específico, possui qualidades específicas que produzem um determinado valor-de-uso. O segundo aspecto do trabalho é o trabalho tal como é constituído na sociedade capitalista. Nesta, não importa o que se produz, o que importa é que se produz. Na sociedade capitalista, a divisão do trabalho alcançou um nível tão complexo de desenvolvimento que todo dispêndio de força de trabalho é considerado não em sua qualidade específica de produtor de valor-de-uso, mas em sua qualidade social, como dispêndio de força humana, como força simples de trabalho.

Há estágios sociais em que a mesma pessoa, alternativamente, costura e tece, em que esses dois tipos diferentes de trabalho são apenas modalidades do trabalho do mesmo indivíduo e não ofícios especiais, fixos, de indivíduos diversos, do mesmo modo que o casaco feito, hoje, por nosso alfaiate, e as calças, que fará amanhã, não passam de variações do mesmo trabalho individual. Verifica-se, a uma simples inspeção, que, em nossa sociedade capitalista, se fornece uma porção dada de trabalho humano, ora sob a forma do ofício do alfaiate, ora sob a forma do ofício do tecelão, conforme as flutuações da procura de trabalho. É possível que esta variação na forma do trabalho não se realize sem atritos, mas tem de efetivar-se. Pondo-se de lado o desígnio da atividade produtiva e, em consequência, o caráter útil do trabalho, resta-lhe apenas ser um dispêndio de força humana de trabalho. O trabalho do alfaiate e do tecelão, embora atividades produtivas qualitativamente diferentes, são ambos dispêndio humano produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos, etc., e, desse modo, são ambos trabalho humano. São apenas duas formas diversas de despender forças de trabalho. Sem dúvida, a própria força humana de trabalho tem de atingir certo desenvolvimento, para ser empregada em múltiplas formas. O valor da mercadoria, porém, representa trabalho humano simplesmente, dispêndio de trabalho humano em geral (Marx, 1980, p. 51).

Para Marx, portanto, na sociedade capitalista o trabalho não é considerado em sua forma específica e não interessa, desse modo, o que se produz, qual a qualidade do produto. No modo de produção capitalista, que tem como princípio máximo de organização produtiva a produção do capital, toda a produção se efetua em vista da fabricação de valores-de-troca, assim o trabalho humano não é mais considerado em seu aspecto útil de produção de valores-de-uso, mas sim em seu aspecto abstrato, como dispêndio social médio de força de trabalho.

Além disso, o processo de trabalho para Marx, independentemente do que se produz, é um processo que envolve, a despeito de este trabalho estar inserido no contexto das comunidades eslavas, por exemplo, ou no contexto do modo de produção feudal: (1) a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho, (2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho e (3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho. (Cf. Marx, 1980, p. 202). Estes três critérios são característicos de todo e qualquer processo produtivo. A produção de alimentos, ou de “vida”, tal como fala Hanna Arendt, não prescinde de modo algum de uma matéria sobre a qual se aplica o trabalho e também do instrumental de trabalho para operá-lo. E a afirmação de Arendt de que os instrumentais de trabalho são frutos da atividade do *homo faber* (Cf. Arendt,

2001, p. 134), no contexto da obra marxiana é equívoca, uma vez que para Marx os diferentes produtos são frutos da divisão do trabalho no interior da sociedade, mesmo que esta divisão seja simples como nas sociedades antigas e toda e qualquer atividade produtiva opera com um instrumental adequado.

Por outro lado, o fato de na sociedade moderna o trabalho estar munido de uma grande quantidade de forças produtivas não é, para Marx, devido à incorporação da instrumentalidade do *homo faber* pelo *animal laborans*. O nível de produtividade da sociedade capitalista, nunca antes atingido, deve-se ao modo como se configuram as relações sociais de produção do capital. Nenhuma relação de exploração de quaisquer modos de produção anterior ao capitalista induziu tanto a produção para a confecção de valores-de-troca, influenciando desse modo a incorporação extremada de forças produtivas e a exploração intensa da força de trabalho de modo a gerar excedentes.

A acusação de Arendt de que Marx confunde os conceitos de trabalho e de fabricação e de que define o homem como *animal laborans* e todo o processo de trabalho como um processo eminentemente natural é, como pudemos ver, uma acusação errônea, que não considera importantes quesitos da obra marxiana inseridos no contexto do propósito de Marx. Em nosso entender o que ocorre é que Arendt, partindo de seus pressupostos conceituais, confere interpretações externas à obra de Marx. A obra marxiana, muito longe de estar envolvida com as discussões próprias a Arendt, concentra-se em problemas, propósitos e métodos de análise radicalmente diferentes da obra arendtiana. Não foi nosso intuito aqui defender a veracidade do conteúdo das obras de Marx ou de Arendt, mas tão somente mostrar e esclarecer as críticas de Arendt, que consideramos externas à discussão própria de Marx.

Referências Bibliográficas:

ARENDDT, H. *A Condição Humana*. 10ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. *Entre o Passado e o Futuro*. 2ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

CALVET.T. *A Atividade do trabalho em Hanna Arendt*. Disponível em <http://www.eticaefilosofia.ufjf.br/9_1_theresa.pdf>. Acesso em 25\ 04\2008.

- DUARTE. A. *O Pensamento à Sombra da Ruptura. Política e Filosofia em Hanna Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- POIZAT. J-C. *Hanna Arendt, Une Introduction*. Département de l'Université Poche\ La Découverte, 2003.
- MARX. K. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Centauro, 2002.
- _____. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. 6ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- _____. *Manifesto Comunista*. 7ª edição. São Paulo: Global Editora, 1988.
- _____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos*. Lisboa: Edições 70, 1975.
- _____. *Marx e Engels*. Lisboa: Edições Avante!, 1982.
- _____. *Miséria da Filosofia: Resposta à "Filosofia da Miséria" de Pierre Joseph Proudhon*. São Paulo: Grijalbo, 1976.
- _____. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Volume I. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. *Os Pensadores*. 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- WAGNER, E. S. *Hanna Arendt e Karl Marx – o mundo do trabalho*. 2ª edição. São Paulo: Ateliê Cultural, 2002.